

PRESIDENTE DA DS SALVADOR FALA SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA E PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na segunda-feira (24/11), a presidente da DS/Salvador, Marialva Calabrich, em entrevista ao programa TVE Revista, criticou a proposta de Reforma Tributária aprovada pela Comissão Especial da Câmara de Deputados. Para Marialva, o debate em torno da reforma não pode se resumir à questão da guerra fiscal entre União, Estados e Municípios. "É preciso mostrar à sociedade que a Previdência Pública está em perigo, já que está em discussão mecanismos para que os entes federativos possam dispor, no futuro, de recursos que são fonte de financiamento da seguridade", disse. Segundo a Presidente da DS/Salvador, toda a sociedade deve ficar em alerta, especialmente os trabalhadores, porque há previsão de supressão gradual da contribuição sobre a folha, o que agravaria a situação da Previdência, cujo o "suposto" déficit é alardeado aos quatro cantos.

Audiência Pública - No mesmo dia, às 15 horas, à convite do Deputado Carlos Gaban (DEM-Ba), a Presidente da DS/Salvador participou de audiência pública na Assembléia Legislativa para tratar de proposta do Governo do Estado da Bahia que prevê a extensão da prerrogativa do lançamento, hoje exclusiva dos auditores fiscais, para os agentes tributos.

Os argumentos do Governo e do Sindsefaz são que esta medida corrige uma injustiça, já que muitos agentes já fazem na prática este trabalho, além de aumentar a eficiência com o "aproveitamento de mão-de-obra reconhecidamente qualificada".

Os auditores fiscais, representados pelo IAF-Instituto dos Auditores Fiscais - são contra porque entendem a medida desnecessária e que a mesma representa uma burla ao princípio do concurso público, que tem como objetivo selecionar mão-de-obra qualificada para o exercício da função.

Em pronunciamento no Plenário, Marialva Calabrich disse que lamenta essas falsas promessas oferecidas a diversas categorias para corrigir distorções **que caracterizam** desvios de função e por isso devem ser punidas e não ratificadas pelo legislador. "O concurso público existe não só para selecionar os melhores, mas também para garantir a independência do servidor, o que no caso da atuação fiscal é fundamental", disse Marialva. Segundo a Presidente da DS/Salvador, os agentes de tributos que estão preparados para o cargo de Auditor- Fiscal certamente serão aprovados em concurso público e isto é que vai garantir a eficiência do órgão. Além disso, a medida proposta pelo Governo cria outro problema que é a lacuna em relação ao **pessoal de apoio** ao exercício da função de auditor fiscal.

LOF - A DS/Salvador lamenta que esta questão ocorrida no âmbito do fisco estadual não tenha merecido destaque dentro do Unafisco, ainda mais no momento em que se pretende discutir no Congresso Nacional a nossa LOF e, portanto, atribuições.